

REFLEXOS DA CRISE: Para 1998 o corte deverá ser igualmente severo, levando o superávit primário para até 2,5% do PIB

# Meta é cortar R\$ 2 bilhões no Orçamento de 97

As receitas menos as despesas, sem a conta dos juros, deverão produzir uma sobra de R\$ 11,2 bilhões

Leandra Peres e Rossana Alves

BRASÍLIA. O Governo deverá promover um corte de R\$ 2 bilhões no Orçamento da União deste ano para compensar o aumento dos gastos com puxada nas taxas de juros. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, a meta é conseguir obter um superávit de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no resultado primário das contas públicas neste ano. Ou seja, as receitas menos as despesas, sem a conta de juros, deverão produzir uma sobra de R\$ 11,2 bilhões, o que seria suficiente para cobrir os gastos adicionais com os juros da dívida, estimados pelos economistas em R\$ 2 bilhões até o final do ano.

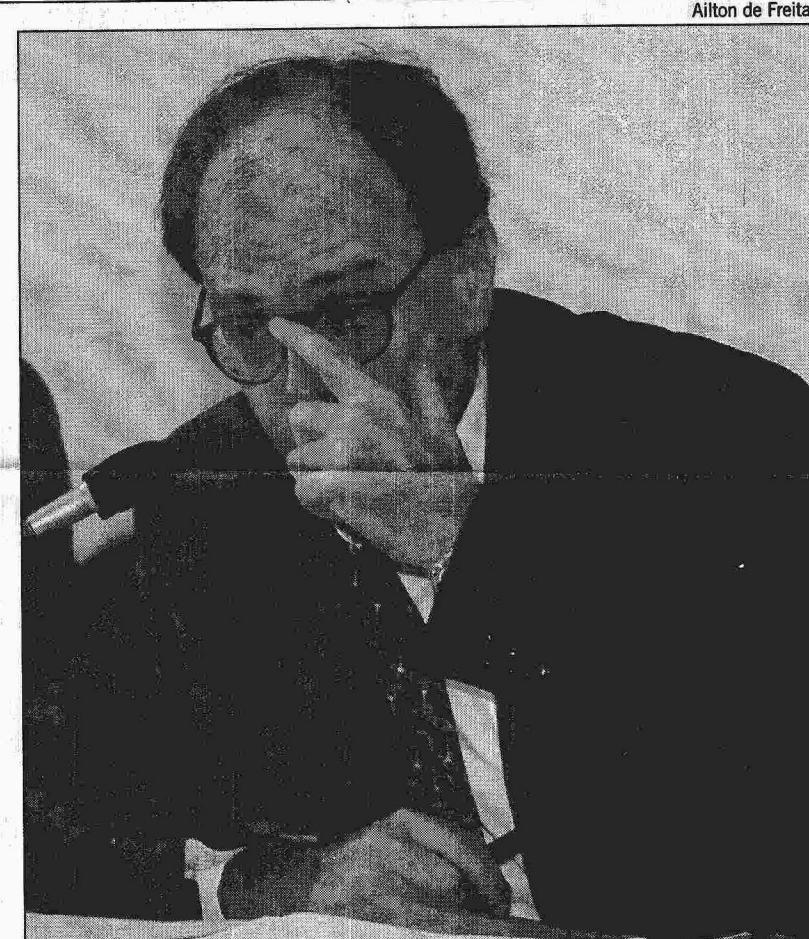
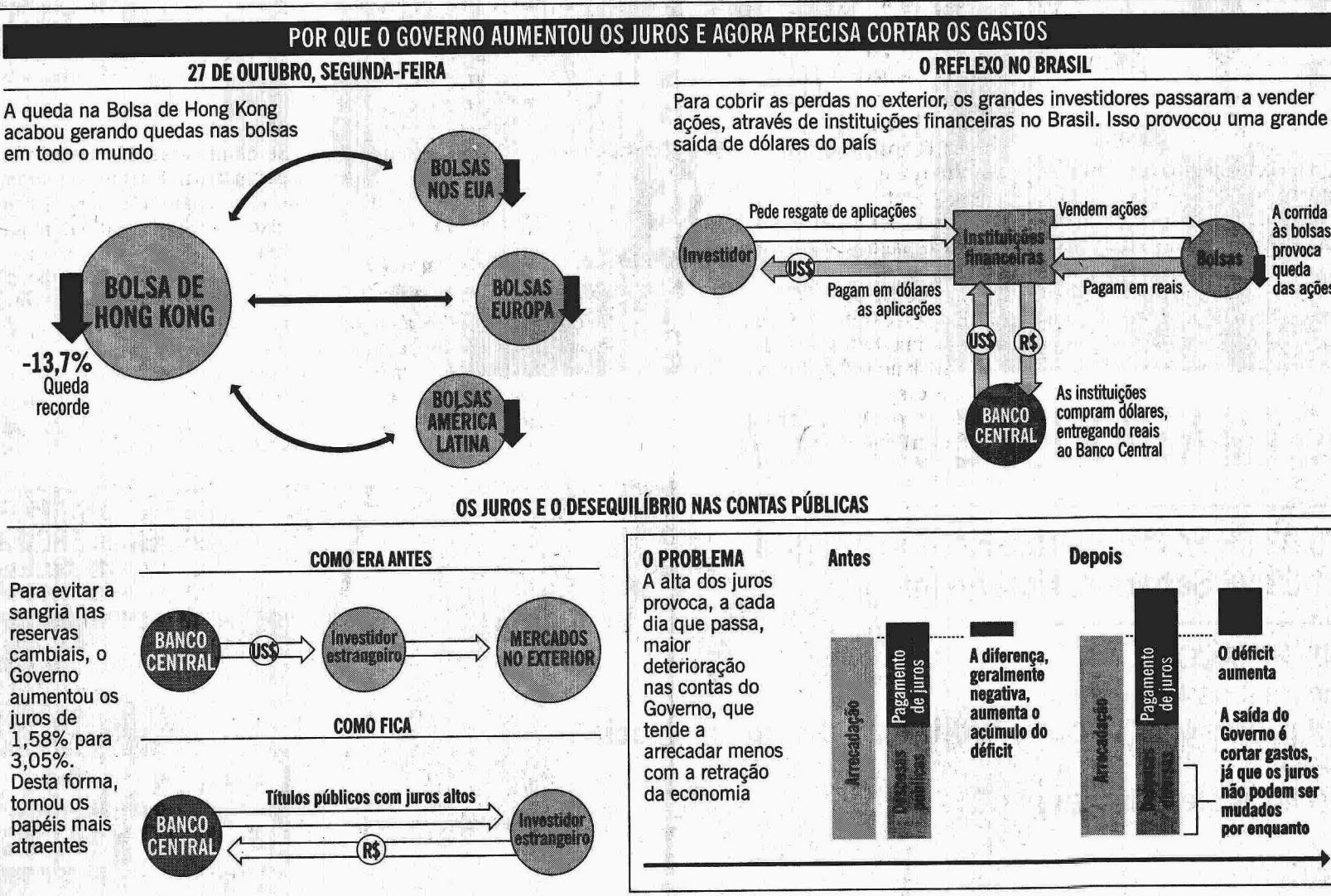
Para 98, o ajuste deverá ser igualmente severo. Para neutralizar os gastos adicionais com gastos pelos juros altos, o Governo decidiu elevar a meta de superávit primário de 1,5% para 2% ou até 2,5% do PIB. A equipe econômica, entretanto, ainda não sabe o que fazer para melhorar o resultado das contas, pois o Orçamento do ano que vem é considerado muito enxuto.

— Não temos a definição das medidas que serão tomadas, mas não será nada que não seja significativo. Precisamos aprofundar as medidas adotadas para trazer estabilidade à economia — disse Pedro Parente.

## Cortes devem atingir basicamente os investimentos

Preocupado com a repercussão negativa sobre o Congresso, responsável pela aprovação das reformas constitucionais, o secretário descartou a possibilidade de os cortes nos gastos de 1997 serem direcionados às emendas apresentadas pelos parlamentares. Para Parente, os recursos são gastos de acordo com as prioridades de cada ministério, não havendo um corte específico que atinja as verbas defendidas pelos congressistas. A reclamação na base governista, entretanto, é que o Ministério do Planejamento, onde está concentrada a maioria das emendas, liberou uma parte insignificante de R\$ 1,8 bilhão incluído no orçamento deste ano por deputados e senadores.

Na prática, entretanto, dificilmente os recursos incluídos no orçamento pelo Congresso serão poupanças da tesoura da equipe econômica. Em geral, as emendas dos parlamentares são direcionadas para novos investimentos: construção de estradas, postos de saúde, hospitais, açudes e escolas. Ocorre que, o orçamento deste ano prevê R\$ 10,9 bilhões para investimentos, mas um decreto baixado em abril contingenciou R\$ 2,8 bilhões deste total. Ou seja, a rigor, os investimentos caíram para R\$ 8,1 bilhões. A apenas



O SECRETÁRIO Pedro Parente: "Precisamos aprofundar as medidas adotadas"

três meses do final do ano, só foram liberados 2,4 bilhões e as perspectivas são sombrias, pois os cortes deverão atingir basicamente os investimentos.

O Governo já vinha trabalhando num decreto para cortar as despesas deste ano, mas a primeira versão, que estava pronta na semana passada, será totalmente reformulada dentro do novo contexto econômico. A idéia inicial era elevar os limites financeiros dos ministérios de R\$ 18,8 bilhões para mais de R\$ 20 bilhões. Apesar do aumento aparente, os gastos estavam, na verdade, sendo reduzidos, pois a previsão feita aos ministérios setoriais pela equipe econômica, era liberar quase R\$ 24 bilhões até dezembro.

## Alternativa é aumentar a liberação financeira

Como o arrocho anunciado pelo Governo valerá para este ano, há duas opções em estudo. A primeira é deixar tudo como está, ou seja, manter a limitação de gastos para este ano em R\$ 18,8 bilhões, sem permissão para que os ministérios empenhem acima deste limite financeiro. A outra saída, menos ortodoxa, é aumentar a liberação financeira, mas autorizando despesas abaixo do que estava proposto na primeira versão do corte de gastos.

Prevalecendo a segunda alternativa, os cortes mais prováveis são no Ministério dos Transportes, que tem R\$ 2 bilhões este ano para gastar na recuperação de ro-

dovias, nas emendas patrocinadas por parlamentares, que totalizam mais R\$ 1 bilhão, e nas obras de irrigação e construção de açudes, que estão incluídas no orçamento do Ministério do Meio Ambiente.

As despesas do ano que vem, também serão reduzidas na rubrica de custeio e investimentos,

que tem R\$ 31,7 bilhões na proposta orçamentária em discussão no Congresso. Os cortes, entretanto, ainda não foram definidos pela equipe técnica do Governo.

Na avaliação do gerente de macro-economia do BNDES, Fábio Giambiagi, o governo não terá tanta dificuldade para fazer os cortes, pois a rubrica de custeio e

investimento aumentou 40% acima da inflação nos últimos dois anos. Segundo ele, numa situação emergencial como a decorrente do aumento dos juros, o governo vai encontrar forma de fazer um ajuste nas contas públicas.

O aumento do superávit primário será um desafio para a equipe econômica e exigirá uma reprogramação completa do orçamento de 98. Mas, sem a sinalização de que o governo está cortando despesas ficará mais difícil reduzir os juros.

## R\$ 37 bilhões reservados para conta de juros em 98

O orçamento deste ano prevê gastos de R\$ 25 bilhões com o pagamento de juros da dívida interna, o que dá uma média de R\$ 2 bilhões por mês, sem considerar o aumento recente das taxas de juros. Segundo o economista Raul Velloso, a elevação das taxas resultará em um gasto adicional de R\$ 2 bilhões até o final do ano. Para 98, o governo já reservou no Orçamento R\$ 37 bilhões para cobrir a conta de juros, sem considerar a crise. O aumento se deve ao fato de que a dívida crescerá significativamente no ano que vem por causa da rolagem das dívidas estaduais.

A urgência com que o Governo passou a tratar as reformas constitucionais e a decisão de cortar gastos e apertar os cintos é uma tentativa de reduzir os efeitos perversos do aumento dos juros sobre as contas públicas. As novas taxas já estão forçando o Te-

souro Nacional a pagar juros mais altos na rolagem da dívida pública, o que significa uma despesa extra, que não estava nas previsões, e que afeta diretamente os resultados operacional e nominal do setor público.

A possibilidade de piora nestes indicadores, os mais usados pelos investidores estrangeiros em suas análises sobre a economia brasileira, fez com que o Governo se apressasse em dar um sinal claro de que está trabalhando e de que está disposto a apertar os cintos para diminuir a fragilidade do Plano Real.

— Os números fiscais não são ruins, mas a questão não é o resultado no curto prazo, mas a sustentabilidade no longo prazo — disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda.

## R\$ 155,5 bilhões da dívida do Tesouro indexados aos juros

A preocupação da equipe econômica com os cortes nas despesas se explica pela necessidade de liberar mais recursos para pagar juros.

Atualmente, cerca de 20% da dívida de R\$ 155,5 bilhões do Tesouro Nacional está diretamente indexada aos juros, seja com títulos corrigidos pela Selic ou pela Taxa Referencial (TR). Como as taxas de juros praticamente dobraram, o efeito sobre esta parcela da dívida será imediato, e só poderá ser absorvido sem prejuízo o desempenho fiscal se o Governo conseguir diminuir os gastos. ■

## FRASES

**O Governo não pode manter os juros altos por muito tempo. É correto cortar custos e estimular a exportação, mas não vejo como fazer isso sem desvalorizar o cambio".**

**LAURO VIEIRA DE FARIA**  
Economista da Fundação Getúlio Vargas

**"O Governo precisa mexer na política fiscal e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros. A decisão de cortar gastos é correta, pois medidas como o aumento da CPMF atrapalhariam a competitividade".**

**JOSÉ GUILHERME DE ALMEIDA REIS**  
Economista chefe da Confederação Nacional da Indústria

**"Os setores a serem estimulados são importantes: agricultura e exportação ajudam a equilibrar a balança e construção cria emprego".**

**CLAUDIO CONSIDERA**  
Diretor do IPEA